

# A “Federação” ou o drible da várzea de Belo Horizonte sobre o controle burocrático na Ditadura Militar

Raphael Rajão Ribeiro \*

## Resumo

A imposição da Ditadura Militar no Brasil teve efeitos extensos e, por vezes, inesperados. Articulada a outros fenômenos sociais que ganhavam terreno em meados dos anos 1960, o regime autoritário teve incidência não apenas sobre a organização política e sindical no país, mas sobre inúmeras práticas populares que se desenvolviam nas periferias das grandes cidades. Em larga medida, as consequências do governo de exceção sobre esses grupos ainda são pouco conhecidas. O presente artigo tem por objetivo investigar as implicações, sobre o futebol de várzea em Belo Horizonte, da reorientação esportiva promovida após o Golpe de 1964, bem como as alternativas encontradas pelos seus adeptos para garantir sua autonomia frente aos constrangimentos decorrentes desse novo cenário.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Futebol Amador; Belo Horizonte.

## Abstract

The imposition of the Military Dictatorship in Brazil had extensive and, sometimes, unexpected effects. Articulated with others social processes which gained ground in the middle of the 1960's, the authoritarian regime had incidence not only over the political organizations and the trade unions in the country, but also over countless common practices which are developed in the peripheries of the great cities. By and large, the consequences of the exception government over those groups are already poorly known. The present paper aim to investigate the implications, over the “futebol de várzea” in Belo Horizonte, of the sportive reorientation promoted by the 1964's Coup of State, as well the alternatives found by the adepts to ensure his autonomy in front of the constraints caused by the new scenario.

Keywords: Military Dictatorship; Amateur Football; Belo Horizonte.

\* Doutorando em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV. E-mail: raprajao@gmail.com.

No final do ano de 1967, os clubes varzeanos de Belo Horizonte, mesmo aqueles filiados à *Federação Mineira de Futebol (FMF)*, davam demonstrações de descontentamento com o setor responsável pela organização de suas competições. A recente mudança de sede da entidade seria motivo para que um afastamento crescente se acelerasse. Seria o início de uma cisma que contraporía o que será chamado aqui de uma *cultura esportiva popular* aos esforços recorrentes para disciplinar e controlar as agremiações por meio de mecanismos burocráticos que, ainda que já existentes, teriam se aprofundado após o Golpe Militar e Civil de 1964<sup>1</sup>. Como noticiava o *Diário da Tarde (DT)*<sup>2</sup>, as associações e os seus representantes, cada vez mais, ignoravam a existência do *Departamento de Futebol Amador (DFA)*, conduzindo de forma autônoma suas atividades. Assim relatava o periódico:

Os representantes dos clubes amadores não tomaram conhecimento (*sic*) da mudança de local da sede do Departamento de Futebol Amador. Não gostaram da iniciativa e por isso mesmo não vão à Av. João Pinheiro, 510 para combinar jogos amistosos.

Não gostaram da nova sede, e não querem deixar a velha, que fica localizada à Av. Santos Dumont, 468, onde acostumaram a ir para tratar de assuntos de seus clubes e com o ambiente de lá.<sup>3</sup>

A mudança de sede implicava no reposicionamento geográfico e simbólico da instituição. O antigo local encerrava-se no coração da área comercial, povoada por lojas de atacado, na divisa com o bairro da Lagoinha, polo da boêmia e do baixo meretrício. As novas dependências, por sua vez, ficavam próximas à Praça da Liberdade, centro da administração estadual, em área de residência das classes mais altas da cidade. Ademais, havia a dificuldade de acesso, já que os ônibus vindos dos bairros periféricos costumavam ter seus pontos nas proximidades da Avenida Santos Dumont, distantes da Avenida João Pinheiro<sup>4</sup>.

Essa tensão decorrente da mudança da sede da entidade dirigente expunha contradição que se aprofundara desde a emergência da Ditadura Militar. Para isso, é importante compreender as transformações porque a organização do futebol amador passou na cidade de Belo Horizonte e de que forma essas mudanças conflitaram com uma *cultura esportiva popular*, alicerçada no desejo de manutenção de um calendário ininterrupto de jogos em todos os fins de semana, gerido autonomamente pelas agremiações varzeanas.

---

<sup>1</sup> Aqui será adotada perspectiva defendida, entre outros, por REIS FILHO, que considera o ato de destituição de João Goulart da presidência um golpe de Estado que teria articulado setores das Forças Armadas e da Sociedade Civil, ainda que, posteriormente, os militares tenham capitaneado a presidência da República. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 47-54.

<sup>2</sup> Ligado aos Diários Associados, o jornal tinha perfil mais popular ligado a temas esportivos, policiais e do cotidiano.

<sup>3</sup> Clubes fiéis a Santos Dumont, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 26 de outubro de 1967, p. 11.

<sup>4</sup> Cf. Clubes fiéis a Santos Dumont, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 26 de outubro de 1967, p. 11.

## Ascensão do Regime Militar e a ordenação esportiva

A promulgação do Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, durante o Estado Novo, estabeleceu, por quase todo o restante do século XX, a forma de organização das atividades esportivas no Brasil. Sobre a normatização, Meily Linhales comentou seus principais efeitos:

A partir dessa perspectiva disciplinar/corporativa que embasa o Decreto-Lei nº3.199/41, o esporte brasileiro passou a ser controlado pelo Estado (contra a autonomia); as entidades esportivas, tais como confederações e federações, foram oficializadas (contra a iniciativa privada e de grupos); o sistema esportivo sofreu uma verticalização linear de suas funções (contra o pluralismo); institucionalizou-se o “aparelhamento da ordem”, mediante a criação do CND (contra o poder estatutário que regia a organização de várias modalidades esportivas) e, finalmente, a “harmonia” e a “disciplina” passaram a ser as palavras-chave e de justificativa (contra o conflito). Assim, o Estado introduz, na organização esportiva, as intenções de controle e intervenção que paulatinamente foi construindo para tomar em suas mãos toda a sociedade brasileira.<sup>5</sup>

Se, a exemplo do que ocorrera com a legislação sindical, o intervalo democrático vivenciou esforços de conciliação entre o arcabouço normativo autoritário e práticas mais liberais, a emergência da Ditadura Militar implicou na reapropriação das regulamentações estado-novistas em favor da exacerbação do controle estatal<sup>6</sup>. No meio esportivo, um dos principais instrumentos desse domínio era o *Conselho Nacional de Desportos (CND)* e seus braços locais, os *Conselhos Regionais (CRDs)*.

O advento do Regime Militar significou o fortalecimento dessa instância de gerenciamento do esporte. Com a publicação de uma série de resoluções e deliberações, o CND complementava pontos da legislação estado-novista, de modo a amplificar o poder central e intensificar o controle sobre as agremiações. Exemplo disso se observou em 1966, quando o *DT* noticiava a colocação em efetivo funcionamento – pois estaria inoperante até então – do *Conselho Regional de Desportos* de Minas Gerais, que cobrava a retirada de alvarás pelas entidades esportivas, sob pena dessas terem suas atividades suspensas<sup>7</sup>.

O alerta do *CRD* mineiro parece não ter tido amplo alcance, já que, em maio de 1968, o órgão empreendeu campanha de regularização dos registros das associações esportivas do estado, o que colocou em polvorosa o meio atlético local. Naquele momento, terminava mais um campeonato municipal de futebol amador e era hora de as agremiações se inscreverem para a nova edição, com início previsto para o próximo mês. Segundo notícia do *DT*:

Vem dando “pano pra manga” o problema dos clubes amadores que deixaram de tirar o Alvará de Funcionamento, desrespeitando lei do Conselho Nacional de Desportos. O relaxamento de clubes e entidades esta (*sic*) sendo motivo de apreensão, por que o Conselho Regional de Desportos está cobrando dos clubes desde que estes existem. O monte (*sic*) Azul, por exemplo vai ser obrigado a desembolsar, agora, a importância de NCr\$ 60, não se falando em vários outros clubes que deixaram de cumprir a lei na época oportuna. O representante da

<sup>5</sup> LINHALES, Meily Assbú. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996, p. 89-90.

<sup>6</sup> Idem, p. 111-134.

<sup>7</sup> Conselho concede alvará, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 16 de junho de 1966, p. 10.

Associação Atlética Formosa afirmou que não disputara o campeonato (*sic*) do DFA, se tiver que pagar mais de um alvará.<sup>8</sup>

Para que se tenha a medida da dívida do *Monte Azul* com o *CRD*, avaliada em NCr\$ 60,00, ela correspondia a seis vezes o valor de uma inscrição no campeonato do *DFA* ou da taxa de arbitragem cobrada em cada jogo, ambas estipuladas em NCr\$10,00. Em que pese não ser uma quantia astronômica, parecia ser o suficiente para levar ao abandono da competição.

Depois de uma fase liberal, na qual não se atentava ao correto pagamento dos alvarás, não fiscalizando a sua participação nas competições esportivas, o *CRD* resolvia apertar o cerco e cobrar retroativamente todas as autorizações de funcionamento. Essa situação implicou no adiamento do campeonato daquele ano, pois muitas agremiações solicitaram prazo adicional para resolver sua situação junto ao órgão regulador<sup>9</sup>. O cenário era de um torneio esvaziado, dada a dificuldade dos clubes em atenderem os requisitos<sup>10</sup>. Cumprindo suas ameaças, o *CRD* definiu-se pela suspensão das entidades que não se regularizaram. Como informou o *Diário da Tarde*:

Muitos representantes de clube procuraram, ontem, o Conselho Regional de Desportos, na av. Olegário Maciel, 311, para tentar conseguir o alvará de funcionamento, com medo de suas associações serem fechadas pela Polícia, em atendimento ao decreto-lei 5.342. Todos eles voltaram decepcionados, pois o *CRD* não está disposto a dar o tradicional “jeitinho” e ouviram do secretário José Jonusan que no próximo ano poderão conseguir o alvará, mesmo assim, pagando a multa relativa ao ano anterior ou anteriores, caso o clube não possua o de 1967 também.<sup>11</sup>

Naquele ano, o órgão fiscalizador suspendeu mais de 1.800 clubes. Essa intervenção teve impacto direto na condução do campeonato varzeano de 1968. Com relação à divisão principal, apenas 24 clubes se inscreveram, enquanto outros 16 não reuniram condições de participar. Esses últimos, além de ficarem fora da competição, corriam o risco de ver suas atividades oficiais paralisadas<sup>12</sup>.

Em 1969, mais uma vez a retirada de alvarás junto ao *CRD* seria problema para a organização do campeonato do *DFA*<sup>13</sup>. O ingresso de clubes varzeanos nos círculos oficiais implicava longo percurso burocrático, com o seu registro como personalidade jurídica, sua filiação à *FMF* e, por fim, o cadastro junto ao *CRD*. Para além disso, era necessário todo um esforço de manutenção desses vínculos, com apresentação regular de atas de eleição, de pagamentos de taxas e multas. Tornar-se agremiação federada era passo que envolvia esforços e dispêndios financeiros consideráveis para os varzeanos, como lembrado por muitos<sup>14</sup>.

---

<sup>8</sup> Clubes tem que pagar alvará desde a fundação, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 24 de maio de 1968, p. 10.

<sup>9</sup> Cf. Campeonato do DFA começa em julho, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 25 de junho de 1968, p. 12.

<sup>10</sup> Cf. Várzea este ano tem só 15 no campeonato, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 5 de junho de 1968, p. 11.

<sup>11</sup> Já são 1.800 os clubes ilegais, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 4 de julho de 1968, p. 11.

<sup>12</sup> Interessante notar que da lista dos 24 clubes que se mantiveram no campeonato daquele ano, 11 ainda existem até os dias de hoje, quanto aos desistentes, dos 16 apenas 1 segue em atividade. Cf. Terrestre fora do campeonato, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 4 de julho de 1968, p. 11.

<sup>13</sup> Cf. *CRD* fecha tudo se seguir a lei, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 21 de maio de 1969, p. 13.

<sup>14</sup> Cf. Entrevista de José Pimenta Gomes de Oliveira concedida ao autor em 8 de fevereiro de 2017. A série de entrevistas aqui analisada foi produzida por ocasião da elaboração do Inventário do Futebol Amador em

As mudanças na atuação do *CRD*, com o recrudescimento do controle sobre os clubes, avaliados por atualizações normativas das atribuições do órgão, não eram o único desafio enfrentado pelas agremiações varzeanas para sua inserção nas competições oficiais. Nesse momento, o futebol no país passava por transformações que reposicionariam, no imaginário e nas práticas cotidianas, o papel do amadorismo frente à expressão profissional do esporte.

### **A perda de prestígio do futebol de várzea**

Como tratado pela bibliografia sobre o futebol brasileiro, a segunda metade dos anos 1960 foi marcada por uma transformação da perspectiva hegemônica sobre essa modalidade. Especialmente a derrota na Copa do Mundo de 1966 teria reforçado os discursos defensores da adoção de estilos europeus de jogo, identificados sob a denominação genérica de “futebol-força”<sup>15</sup>. A ascensão da Ditadura no país teria implicado num progressivo processo de militarização do futebol brasileiro, especialmente com o projeto voltado para a Copa de 1970<sup>16</sup>.

Nesse contexto, uma lógica crescente de disciplinarização passou a ordenar o futebol em sua vertente profissional. O termo “linha dura” ganhava espaço, ao fazer remissão ao setor mais autoritário do governo militar e passava a ser usado para tratar das iniciativas de controle de atletas. Seria o caso de matéria publicada pelo *DT*, em 1969, sob o título “Cuidado, a linha dura chegou” que informava sobre alterações no Código Brasileiro Disciplinar de Futebol<sup>17</sup>.

Dentre os efeitos do discurso acerca do futebol-força no Brasil, seria observada a emergência, nos anos 1960, das chamadas escolinhas de futebol, voltadas para a formação de jovens atletas, desde a infância, dentro e fora dos clubes. Como destaca José Florenzano:

As categorias de base, ao longo dos anos 60, adquirem um valor crucial, pois a ciência esportiva aplicada ao futebol exigirá que o corpo do jogador seja manipulado e modelado desde cedo, condição necessária para atingir-se o novo patamar de força física requerido por esta atividade; mas, ao mesmo tempo, eles permitem a possibilidade da correção dos vícios com os quais o jovem jogador apresenta-se ao clube.<sup>18</sup>

Nessa dinâmica de formação de atletas, a várzea perde força como fornecedora de talentos para o *circuito* espetacularizado, como destacava matéria de *Placar*: “E hoje o ‘craque feito em casa’ já é tão ou mais comum que o ‘craque descoberto’ na várzea ou no interior.”<sup>19</sup>

No novo contexto, o *circuito* varzeano tornava-se ainda mais apartado do meio profissional, perdendo, aos olhos daqueles identificados com a matriz espetacularizada, uma de

---

Belo Horizonte, entre 2016 e 2018, ação conjunta da Fundação Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Belo Horizonte.

<sup>15</sup> Cf. COUTO, Euclides de Freitas. Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978). Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 171-184 e FLORENZANO, José Paulo. Afonsinho & Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro. São Paulo: Musa Editora, 1998, p. 25-31.

<sup>16</sup> Cf. COUTO, 2014, 151-163 e FLORENZANO, 1998, p. 48-54.

<sup>17</sup> Cf. Cuidado, a linha dura chegou, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 5 de março de 1969, p. 12.

<sup>18</sup> FLORENZANO, 1998, p. 36-37.

<sup>19</sup> Escolinha, a Salvação, *Placar*, São Paulo, 13 de dezembro de 1972, p. 8 *apud* FLORENZANO, 1998, p. 41.

suas principais razões de ser: o abastecimento dos clubes com talentos “naturais”. Não à toa, trata-se de período de produção de diversas percepções, vocalizadas nas páginas do *DT*, acerca de suposta prática anacrônica, dissociada dos processos de modernização e desenvolvimento. Essa diacronia surgia em temas simples, como evidencia o trecho a seguir:

Vários dirigentes de clubes amadores estão estudando um meio de acabar com os apelidos de seus atletas. O movimento cresce e que tudo indica (*sic*) sairá vitorioso, porque é preciso acabar com tais apelidos como por exemplo: Sô Guarda, Buldogue, Tinteiro, Dois Canos, Pé de Chumbo, Leão de Chácara, Sarrafo Inspetor Saruê, Ventania, Corisco, Capela Nova Nova (*sic*), Ponte Nova, Chinelo, Butina, Charutinho e etc. Com tais apelidos, o jogador tem dificuldades em vencer na carreira por causa das críticas.<sup>20</sup>

Elemento marcante da sociabilidade masculina popular, os apelidos por diversas ocasiões se mostraram importantes códigos de aproximação e formação de relacionamentos<sup>21</sup>. Na percepção atribuída a “vários dirigentes de clubes amadores”, eles implicariam em obstáculo para a conversão de um atleta varzeano em jogador profissional.

Ao longo de 1969, um tema que era comum em reportagens sobre a várzea ganhava novo tom: a violência. Com um *circuito* abrangente, com dezenas de partidas por fim de semana noticiadas pelos jornais locais, em especial o *DT*, não eram raros os relatos sobre desentendimentos, “sururus” e agressões a juízes. Apesar de algumas manchetes que ressaltavam os casos<sup>22</sup>, o padrão era de ênfase nas disputas esportivas, com relatos pontuais das eventuais ocorrências. No final de 1960, observa-se transformação das tendências, com a publicação de chamadas sensacionalistas, a exemplo de “BANDEIRINHA PULA NO ARRUDAS, FACA”<sup>23</sup>, “A várzea briga e não joga”<sup>24</sup>, “Briga da lanterna quebrou o padeiro”<sup>25</sup>, “Pancadaria no jôgo Real x Ical”<sup>26</sup>, “Até mauser saiu, a várzea está quente”<sup>27</sup> ou, ainda, “O técnico segurou o juiz e os jogadores bateram”<sup>28</sup>.

Por essa época, as colunas dedicadas à várzea deixam de serem assinadas por Veiga Lima, um jornalista fortemente vinculado à modalidade<sup>29</sup>. Se a perda de uma figura identificada com o futebol amador em parte explica a mudança no tom da cobertura, há que se considerar a opção editorial do vespertino, que elegia manchetes sensacionalistas, como as que se viam em suas páginas policiais. Com narrativas que relegavam ao segundo plano os aspectos técnicos das partidas, havia clara escolha por enfatizar a dissonância da prática e a eventual violência.

---

<sup>20</sup> LIMA, Veiga, Várzea, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 12 de julho de 1966, p. 11.

<sup>21</sup> Cf. FONTES, Paulo. Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 124-125.

<sup>22</sup> Cf. Ontem na várzea – Juiz de Tremedal x Estrela de Minas Quase Foi Linchado, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 13 de agosto de 1962, 2º caderno, p.4; Violência comanda o desenrolar das partidas do futebol amador, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 27 de agosto de 1962, p. 14; Policiamento para os campos amadoristas, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 9 de agosto de 1963, p. 9.

<sup>23</sup> Diário da Tarde, Belo Horizonte, 14 de janeiro de 1969, p. 11.

<sup>24</sup> Diário da Tarde, Belo Horizonte, 21 de janeiro de 1969, p. 12.

<sup>25</sup> Diário da Tarde, Belo Horizonte, 29 de janeiro de 1969, p. 18.

<sup>26</sup> Diário da Tarde, Belo Horizonte, 14 de abril de 1969, 2º caderno, p. 7.

<sup>27</sup> Diário da Tarde, Belo Horizonte, 16 de abril de 1969, p. 11.

<sup>28</sup> Diário da Tarde, Belo Horizonte, 18 de março de 1969, p. 11.

<sup>29</sup> Cf. Na minha opinião, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 24 de novembro de 1969, 2º caderno, p. 7.

Tais reportagens ressaltavam a necessidade de controle da modalidade, especialmente por meio da presença do policiamento e da imposição de pesadas sanções, inclusive para juízes que iniciassem partidas sem que o policiamento estivesse presente<sup>30</sup>. A lógica do patrulhamento ostensivo e da necessidade de controle sobre práticas e espaços populares e periféricos cada vez mais se reforçava, atingindo variadas expressões na capital mineira.

### **A cidade sitiada**

Todo o clima de vigilância ostensiva e de burocratização que se estendeu sobre as práticas esportivas, com destaque para o *circuito* varzeano que é examinado aqui, pôde ser percebido em outros contextos populares. Nessa medida, há que se colocar em perspectiva os efeitos da ascensão do Regime Ditatorial sobre as populações urbanas periféricas e, em especial, sobre seus territórios e suas expressões culturais.

Em março de 1970, a cidade via o que se qualificava como a maior operação policial de combate ao crime feita até então. Não por coincidência, ela incidia sobre o Morro do Papagaio, apresentado, meses antes, como local que tem “(...) uma das maiores concentrações de criminosos de Belo Horizonte”, um lugar onde “(...) a Polícia não consegue prender ninguém” já que “Eles [os marginais] pagam para serem avisados. E quando os policiais chegam não encontram mais ninguém, só um barraco vazio, com o fogo ainda aceso, mostrando que alguém acabava de sair dali”<sup>31</sup>. Segundo a reportagem sobre a ação das forças de segurança:

No seu primeiro dia de policiamento da cidade, a Polícia Militar cercou o Morro de Papagaio, usando mais de mil homens, na maior operação de limpeza até hoje realizada em Belo Horizonte. Até agora o trabalho não acabou e poderá continuar durante toda a tarde. Só durante a primeira hora de trabalho, quase 50 pessoas foram presas e uma grande quantidade de arma apreendida. A Polícia Civil está ajudando. Em volta do morro foi feito um cordão de isolamento onde não passa ninguém e os bandidos que tentam escapar caem fatalmente nas garras dos cães pastores alemães. O plano foi estudado com muita antecedência e na madrugada de hoje foi colocado em funcionamento. A Polícia Militar quer acabar com esse negócio de morro ser reduto de bandidos.<sup>32</sup>

A associação entre criminalidade e territórios populares não era novidade<sup>33</sup>. Contudo, novas estratégias de controle que se desenvolviam naquele período, a emergência de um regime autoritário e o constante esforço de qualificar aqueles habitantes como bandidos ou cúmplices criavam o ambiente favorável para que a vigilância se tornasse mais ostensiva. Lançando mão de modernas tecnologias como a aerofotografia, operações dessa natureza se tornariam, a partir de então, constantes, especialmente em períodos festivos do ano<sup>34</sup>.

<sup>30</sup> Cf. É suspensão para juiz que apanhar, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 1969, p. 11.

<sup>31</sup> Suba esse morro com a polícia. Aqui se escondem os marginais, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 8 de agosto de 1969, p. 9.

<sup>32</sup> A PM fechou o morro, veja seu primeiro dia de trabalho, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 12 de março de 1970, p. 8.

<sup>33</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>34</sup> Cf. Os bandidos sem saída nas favelas, por causa da PM, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 de agosto de 1970, p. 14; A polícia iniciou uma limpeza geral nas favelas, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 4 de agosto

A ostensiva patrulha policial também se fazia presente em manifestações populares. Era o caso do carnaval que, segundo informava o *DT*, a cada ano se tornava mais controlado. Em 1966, o articulista Moraes Terra destacava que, “No carnaval de rua êste ano, na Cidade, o que mais havia era polícia”, a qual “apesar do trabalho elogiável na manutenção da ordem” contribuía “para o esfriamento de um período carnavalesco dos mais desanimados”<sup>35</sup>. Cinco anos depois, a normalização do controle sobre os festejos parecia aprofundar-se, como denota a coluna “ABRAM ALAS, AÍ VEM A POLÍCIA”<sup>36</sup>.

A exemplo do esporte, os poderes se reproduziam a partir de instituições hierarquicamente inferiores, como o *CRD* ou o *Alto Comando da Polícia*, responsável pela imposição de regras para o carnaval. A cada ano, as constatações da perda de força das celebrações momescas em Belo Horizonte eram reiteradas. O excesso de disciplina era parte da desmobilização dos festejos, que ainda eram afetados pela burocratização crescente, que exigia alvarás e pagamentos de taxas para os bailes em clubes<sup>37</sup>.

Não apenas festas fechadas eram afetadas. Em 1973, informava-se que “As escolas de samba, os blocos caricatos e muitos clubes estão ameaçados de ficar sem carnaval este ano, se a Secretaria de Segurança Pública não prorrogar o prazo de concessão do alvará.”<sup>38</sup> Em situação parecida com a enfrentada pelas agremiações varzeanas junto ao *CRD*, a ausência de autorização colocava em risco a disputa do carnaval de 1973, com a impossibilidade de escolas e blocos caricatos desfilar. Os festejos juninos, igualmente, defrontavam-se com a ameaça burocrática, já que, sem licença da polícia, poderiam ser interditados<sup>39</sup>.

Para além da burocracia, o controle policial também afetava as festas de junho que ficaram alijadas de alguns de seus principais ritos, uma vez que “o DOPS, fazendo por onde cumprir a lei, não permitirá que isso ocorra, deixando muita gente com saudade dos tempos em que, no interior, esbanjava-se nas fogueiras e soltava os seus balões e estourava foguetes sem preocupações.”<sup>40</sup> Enquanto balões eram terminantemente proibidos, foguetes e fogueiras restringiam-se àqueles considerados de baixa potência, utilizados em locais seguros.

Tal proibição teria impacto direto sobre a disputa da finalíssima do campeonato amador do *Departamento de Futebol Amador*, realizada em 1967. Como informava o *DT*:

Um fato que passou despercebido antes do jogo de sábado, entre Rosário x Tremedal, foi a prisão de mais de 100 cruzeiros novos adquiridos pelo Rosário

---

de 1971, p. 21 e PM ataca favelas na madrugada: 120 presos, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 de outubro de 1972, p. 20.

<sup>35</sup> TERRA, Moraes, Mineiro Inibido e Sem Dinheiro Teve Carnaval Cercado de Muita Polícia Por Todos os Lados, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 1966, p. 2.

<sup>36</sup> Abram alas, aí vem a polícia, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 30 de janeiro de 1971, 2º caderno, p. 4.

<sup>37</sup> Tire o alvará hoje ou seu clube não entra na folia, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 1971, p. 4 e Direitos autorais fecham pequenos clubes, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1º de março de 1973, p. 8.

<sup>38</sup> Falta de alvará pode acabar com o nosso Carnaval, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 1973, p. 8.

<sup>39</sup> Cf. Festa junina, só com permissão da polícia, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 18 de junho de 1969, p. 10.

<sup>40</sup> Festas de junho sem foguetes nem balões, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31 de maio de 1967, p. 5.

com a compra de fogos para festejar a entrada em campo do tricolor. A polícia apreendeu cerca de dois sacos contendo faguetes (*sic*).<sup>41</sup>

A mesma proibição que incidia sobre os festejos juninos, veiculada na edição do dia seguinte à nota acima, impactaria na celebração da entrada em campo do *Rosário*, que naquele dia se consagraria tricampeão da competição promovida pelo *DFA*.

Nessa perspectiva, não é desprezível a identificação da expansão e do aprofundamento dos controles sobre as populações periféricas de Belo Horizonte e sobre suas expressões culturais. Elas evidenciam repercussões do advento do Regime Autoritário sobre grupos subalternos da capital mineira. Assim como se passava com o futebol amador, essas esferas eram afetadas por mecanismos burocráticos e de vigilância. No caso dos varzeanos, seria a própria entidade organizadora de suas competições aquela que imporá maiores constrangimentos para o livre desenvolvimento da prática.

### **Aprofundamento dos controles no *DFA* e as crises no meio oficial**

O reordenamento do futebol amador após a profissionalização, especialmente, depois da institucionalização baseada no *Departamento de Futebol Amador*, foi acompanhado por um esforço de imposição de normas disciplinares com vistas a enquadrar a vertente popular do jogo às perspectivas compartilhadas pela entidade dirigente. A constituição de setores de controle de registro, de serviço médico e de tribunais disciplinares serviria a tal intento cuja efetivação sempre enfrentou resistências por parte dos clubes.

Em que pese a existência de um sistema burocrático que atuava sobre as agremiações varzeanas via *DFA*, a exemplo do que ocorrera com a atuação dos *Conselhos Regionais de Desportos*, observou-se, a partir da emergência do Regime Militar e da prevalência de um pensamento autoritário, a mobilização mais intensa do arcabouço de controle e a exacerbação da aplicação de penalidades pelos órgãos diretivos. Embasando sua ação, principalmente, no Código Brasileiro de Futebol e desconhecendo as especificidades do *circuito* varzeano e de sua *cultura esportiva popular*, o *DFA* executaria medidas, por diversas vezes, descabidas contra agremiações amadoras da cidade. Essa atuação intensificaria a tensão entre a entidade e os clubes, gerando situação de crise no final dos anos 1960.

Tal conflito exporia o que se denomina aqui uma *cultura esportiva popular*, a qual teria sido cultivada ao longo de anos pelo desenvolvimento autônomo de um conjunto de práticas organizativas de disputas que eram adotadas pelos clubes varzeanos, a exemplo de amistosos, excursões, festivais, jogos festivos e torneios avulsos. Com o intuito de manter um calendário ininterrupto de partidas todos os fins de semana, de modo a garantir o divertimento dos atletas e das torcidas em seu tempo livre, as agremiações teriam constituído uma longa tradição de

---

<sup>41</sup> LIMA, Veiga, Várzea, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 30 de maio de 1967, p. 10.

promoção de suas atividades por associações filiadas e não filiadas ao órgão dirigente, a qual acontecia em paralelo às competições oficiais realizadas pelo *DFA*.

Não por acaso, entre as recomendações mais recorrentes do *Departamento de Futebol Amador*, renovadas a cada início de suas competições, estavam as referentes à disputa de partidas amistosas contra não filiados<sup>42</sup>, bem como as associadas a punições devido ao não pagamento de taxas e multas à entidade diretiva<sup>43</sup>. Ainda que essas fossem punições brandas, elas claramente tinham por intenção forçar a federalização dos clubes, como se viu na disputa entre as equipes do *Rosário* e da *Frimisa*, quando o primeiro foi punido pela *Junta Disciplinar Desportiva (JDD)* a pagamento de multa de dois mil e quinhentos cruzeiros por haver disputado partida com time não federado<sup>44</sup>.

A lógica de garantir fins de semana ininterruptos com atividades levaria a tensões entre a entidade diretiva e as agremiações varzeanas. Era o caso dos clubes que, em meio ao campeonato do *DFA*, endereçavam pedidos de dispensa da competição, seja porque já não tivessem chances no certame, seja pelas dificuldades em organizar equipes ou em arcar com os custos de uma partida oficial. Em 1967, por exemplo, cinco agremiações fizeram tal solicitação<sup>45</sup>, a qual foi negada pela *JDD*<sup>46</sup>, remetendo-se ao órgão diretivo a decisão sobre os casos.

A adoção de recomendações dos órgãos de controle nacionais criava situações, em certa medida, absurdas, tendo em conta as lógicas de organização do futebol amador. Era o caso da imposição de férias coletivas, previstas em portaria do *Conselho Nacional de Desportos*, entre os dias 17 de dezembro e 7 de janeiro<sup>47</sup>. Como informava o *DT*:

Por ocasião da última reunião dos presidentes dos clubes na sede do Departamento de Futebol Amador, vários presidentes de agremiações esportivas protestaram contra a paralisação do certame para “férias coletivas”. Entretanto, a portaria expedida pelo diretor do *DFA* foi em obediência ao decreto-lei 51.008 e respeitando também uma circular enviada pelo Conselho Nacional de Desportos.<sup>48</sup>

Essa medida demandava não apenas a paralisação da competição oficial, mas a interrupção completa das atividades dos clubes, com a dispensa dos jogadores, como apontaria comunicação posterior, informada via imprensa<sup>49</sup>. A previsão do *CND* que visava resguardar atletas profissionais, de modo a garantir um período mínimo de férias, de repente era aplicada a uma prática esportiva que se organizava sob lógicas muito diversas. Atrelados a uma instituição estruturada com base no sistema futebolístico mundial, capitaneado pela *FIFA*, por um lado, e subordinados à política nacional de esportes, por outro, os clubes varzeanos se viam impelidos

---

<sup>42</sup> LIMA, Veiga, Varzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 8 de junho de 1966, p. 11 e *DFA* acaba com jogos-bagunça, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 1968, p. 10.

<sup>43</sup> LIMA, Veiga, Coluna da várzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1º de outubro de 1964, 2º caderno, p. 2 e LIMA, Veiga, Varzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 15 de outubro de 1965, p. 9.

<sup>44</sup> Cf. LIMA, Veiga, Coluna da várzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 de abril de 1965, p. 9.

<sup>45</sup> Cf. *DFA* hoje pode perder 5 times, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 de dezembro de 1967, p. 11.

<sup>46</sup> Cf. *JDD* severa dá pena a muitos, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1967, p. 11.

<sup>47</sup> Cf. LIMA, Veiga, Coluna da várzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 16 de dezembro de 1965, p. 9.

<sup>48</sup> LIMA, Veiga, Coluna da várzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 16 de dezembro de 1965, p. 9.

<sup>49</sup> LIMA, Veiga, Coluna da várzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 23 de dezembro de 1965, p. 9.

a suspenderem sua sequência ininterrupta de fins de semana de jogos. Ironicamente, na mesma coluna em que o aviso ameaçador era apresentado, ganhava destaque o festival em comemoração ao 17º aniversário do *Madureira Atlético Clube* que, no campo do *Almirante Barroso*, reuniria equipes em jogos que se estenderiam pelos dias 24, 25, 26 e 27 de dezembro daquele ano de 1965<sup>50</sup>, período previsto para as férias.

Apesar da postura despreocupada das equipes, cada uma dessas imposições do *DFA* empurrava os clubes varzeanos para a busca de soluções autônomas para a organização de seus calendários. Em 1970, outra portaria do *Conselho Nacional de Desportos* criaria uma das mais insólitas regras aplicadas às agremiações amadoras. Segundo noticiava o *DT*:

Agora, para se inscrever em time filiado, o jogador tem que primeiro, fazer prova de que está trabalhando, com sua carteira profissional assinada. Os desempregados não poderão jogar futebol se forem maiores de 21 anos. A exigência é expressa em portaria do Conselho Nacional de Desportos e já devia estar em vigor desde setembro do ano passado, mas não foi possível a sua execução, pois o campeonato estava em andamento. Além do mais é necessário carteira de reservista, documento imprescindível. A carteira profissional pode ser substituída por um atestado de colégio, provando que o jogador está matriculado em qualquer curso.<sup>51</sup>

Tal normativa talvez visasse regulamentar a condição de modalidades amadoras, como eram todos os esportes olímpicos de então, garantindo o controle de atletas que pudessem se esconder sob um amadorismo marrom. Mesmo que estivéssemos em um momento em que noções de cidadania universal ainda não prevaleciam, fortemente orientado por uma ética do trabalho e com diretrizes de disponibilização de mão de obra para o esforço de desenvolvimento, a conferência de tal regra ao futebol de várzea parecia ser muito mais fruto de um absurdo burocrático, do que de qualquer reflexão mais profunda. A imposição do *CND* teria impactos sobre a organização dos campeonatos amador e juvenil do *DFA* no ano de 1970. Como apontou o *DT*:

Caiu muito o número de inscrições no *DFA* depois que o *CND* passou a exigir como documentação a carteira profissional. E a entidade está cumprindo integralmente as ordens. Várias questões estão surgindo, como é o caso de um que queria se inscrever na categoria juvenil e não possuía nem a carteira de trabalho nem o atestado de colégio. Estava de posse de uma autorização do Juizado de Menores tendo a profissão de engraxate. Não foi possível atendê-lo ficando o Assistente Técnico de fazer uma consulta à Federação Mineira para saber se o documento era válido.<sup>52</sup>

O crescimento das exigências burocráticas cada vez mais esvaziava as competições promovidas pelo *DFA*, como indica o trecho acima. O cumprimento das requisições de inscrição – documentação, exames, taxas – nunca foi simples para os clubes<sup>53</sup>. A inclusão de novas demandas só aprofundava a sua pouca disposição em participar do certame.

A segunda metade dos anos 1960 foi um período de aprofundamento do controle burocrático no *Departamento de Futebol Amador*, impulsionado por uma série de imposições do

<sup>50</sup> Cf. LIMA, Veiga, Coluna da várzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 23 de dezembro de 1965, p. 9.

<sup>51</sup> Desempregado não pode jogar no futebol amador, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31 de janeiro de 1970, p. 9.

<sup>52</sup> O *DFA* está exigindo a carteira profissional, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 9 de abril de 1970, p. 13.

<sup>53</sup> Cf. Campeonato amador dá muito trabalho, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 11 de julho de 1965, p. 9; Eis os jogos da Divisão Especial, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 18 de junho de 1969, p. 15.

*CND* que pouco ou nenhum sentido fazia para o futebol de várzea. Não bastasse isso, as agremiações se deparavam com dificuldades do órgão em manter um calendário regular, com uma mínima previsibilidade que facilitasse seu objetivo de gerir um calendário ininterrupto de fins de semana com partidas<sup>54</sup>.

A mudança nas fórmulas de disputa contribuiria para o aumento do desgaste entre *DFA* e equipes. Depois de passar cinco temporadas com campeonato sendo organizado em Divisão Especial e Segunda Divisão, em 1972, após o cancelamento da edição de 1971, o órgão diretivo retomava o antigo formato de agrupamento dos clubes por região da cidade. Tal situação gerou a desistência das duas principais forças naquele momento, *Real Madri* e *Rosário*<sup>55</sup>, provocando mais uma crise no meio varzeano. Durante todo aquele ano, as duas agremiações se dedicariam, principalmente, à realização de excursões, percorrendo boa parte do estado.

Uma última situação que começaria a se configurar ao final de 1967 seria determinante para nova organização do *circuito* varzeano da cidade. Por essa época, noticiava-se que o *DFA* enfrentava risco de despejo, por falta de pagamento de aluguel<sup>56</sup>. Aproveitando-se de imóvel pertencente à *FMF*, o setor deslocava-se da Avenida Santos Dumont, no coração do baixo centro de Belo Horizonte, para a refinada Avenida João Pinheiro, na divisa com os bairros Funcionários e Savassi, região elitizada da capital mineira<sup>57</sup>. O novo endereço propiciaria aos clubes outra dinâmica de organização que, ao longo dos anos, significaria a afirmação de sua autonomia na composição de seu calendário de jogos, alternativa à lógica burocrática e autoritária que ganhava espaço naqueles anos.

## **A “Federação” e a atuação autônoma dos clubes varzeanos**

Em visita da reportagem do *DT* às novas dependências do *DFA*, o repórter relatava ter observado que “o local se encontra vazio e sem nenhum movimento, notando-se a ausência dos representantes dos clubes filiados que lá não aparecem”<sup>58</sup>. Um dos poucos presentes no lugar, Jair Ferreira dos Santos, da *Associação Atlético Formosa* esclarecia o caso:

“É fora de mão, muito longe, a gente tem que pagar mais duas conduções, e por isso mesmo, preferimos ir para a avenida Santos Dumont, onde combinamos nossos jogos amistosos. Só iremos à nova instalação do D.F.A., para pagar mensalidade e comprar fichas e inscrições para o clube. Não sabemos onde estava a cabeça do presidente da Federação Mineira de Futebol, quando determinou a mudança da entidade para a av. João Pinheiro, 510.(...)”<sup>59</sup>

Para colocar em contexto a fala do representante do *Formosa*, vale destacar que as dependências do *DFA* eram o espaço por excelência do encontro entre os dirigentes das

<sup>54</sup> Cf. LIMA, Veiga, Coluna da várzea, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 12 de agosto de 1965, 2º caderno, p. 6 e Amadores não podem jogar. O tribunal pára tudo, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 26 de julho de 1969, p. 14.

<sup>55</sup> Cf. Ninguém quer disputar o campeonato amador, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 1972, 2º caderno, p. 6.

<sup>56</sup> Cf. Despejo faz o DFA mudar sua sede, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 5 de outubro de 1967, p. 11.

<sup>57</sup> Cf. Clubes fiéis a Santos Dumont, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 26 de outubro de 1967, p. 11.

<sup>58</sup> Clubes fiéis a Santos Dumont, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 26 de outubro de 1967, p. 11.

<sup>59</sup> Idem.

agregações varzeanas. Para ali, eles se dirigiam não apenas para realizarem os registros e entregarem a documentação pertinente, mas para se inteirarem de novidades e, principalmente, acertarem partidas fora do calendário das competições oficiais. Nessa medida, curiosamente, a sede do órgão era frequentada por muitos não filiados, inclusive do interior, em busca de jogos. A transferência da entidade diretiva comprometia a dinâmica do *circuito*, já que, como afirmava Jair Ferreira dos Santos, a nova localização era de difícil acesso.

Como indicado ao longo do texto, a várzea local há muito compartilhava *cultura esportiva popular* marcada pela autonomia. A transferência de sede do *DFA* contribuiria para que esse espírito autonomista ganhasse mais espaço. A partir de então, uma tradição do futebol amador se afirmaria, com a criação da “Federação”.

Parte da memória da várzea local, esse ponto de encontro está presente no relato de vários veteranos<sup>60</sup>. Entre os varzeanos mais velhos a memória da transferência da sede do *DFA* ainda permanece, bem como a rejeição dos representantes de clubes a transferirem seu ponto de marcação de jogos para a Avenida João Pinheiro.

Desde finais do ano de 1967, aquele grupo estabeleceria um horário de encontro que se iniciava ao final do expediente da segunda-feira, por volta das 16 horas, um pouco antes, um pouco depois. Para a Avenida Santos Dumont, na altura da Rua Rio de Janeiro dirigiam-se membros de agremiações filiadas e não filiadas, assim como juizes não pertencentes aos quadros da *Federação Mineira de Futebol*. Nesse momento, um verdadeiro pregão se formava com equipes possuidoras de campos anunciando receberem jogos em casa, ao mesmo tempo em que outras se voluntariavam a atuarem como visitantes. Árbitros ficavam à espreita dos acertos para se prontificarem a assumir a direção das disputas por um preço negociado.

Para equipes renomadas, com bons campos, fechar uma partida era tarefa fácil, questão de minutos. Clubes desconhecidos ou com espaços de jogo precários poderiam passar toda a noite ali e serem obrigados a retornar na terça-feira, para uma espécie de repescagem. Clubes do interior enviavam representantes, que apresentariam as propostas de ajuda de custo para os interessados em excursões. Havia casos de pessoas que assumiam a tarefa de marcarem jogos para várias associações, em troca de um valor simbólico. Disputas poderiam ser acertadas para o sábado ou o domingo.

Isso variava conforme o tipo de time, domingos eram reservados para infantis, juvenis e amadores – os adultos, segundo classificação adotada em Belo Horizonte. Sábados eram dias dos classistas, dos veteranos e dos chamados “times de sábado” – equipes de amigos que se formavam sem a obrigatoriedade da competição. Era comum que atletas ligados aos clubes mais destacados, que atuavam aos domingos, buscassem esses quadros descompromissados como forma de vivenciar a modalidade numa perspectiva mais lúdica. A atividade da “Federação”

---

<sup>60</sup> Cf. Entrevista de João Antônio “Ferrinho” Paranhos Leão e José Fernando “Preto” Pereira concedida ao autor em 15 de janeiro de 2017.

estendia-se até o fim da noite, por volta das 22 horas. Aqueles que logo acertavam suas partidas aproveitavam a ocasião para permanecerem pelos vários bares da região<sup>61</sup>.

Espaços de encontro como esse não eram exclusividade de Belo Horizonte, tampouco do futebol amador. José Guilherme Magnani, ao investigar artistas de circo, em São Paulo, identificou fenômeno semelhante<sup>62</sup>. A “Federação”, por longos anos, foi a principal forma de interação entre os varzeanos da capital mineira, aos poucos, perdeu espaço para o telefone e as redes sociais, mas, ainda hoje, persiste, mesmo que sem a força de antes<sup>63</sup>.

Em 1970, o **DT** dava conta de que a “Federação” havia transformado a dinâmica de organização do *circuito* varzeano. Como informava o jornal:

Continuam escassos os amistosos no Departamento de Futebol Amador. As exigências que estão sendo feitas para o “comum acôrdo” afastam os times que preferem jogar sem autorização. Com isto vão fazendo as partidas amistosas e nem a sede do DFA procuram mais. Fazem os entendimentos na avenida Santos Dumont, local em que o DFA funcionou por muitos anos e que até hoje é o ponto preferido para as suas reuniões. É naquele ponto que se movimenta o futebol varzeano.<sup>64</sup>

Segundo indicação da notícia, como forma de driblar as exigências impostas pelo *DFA*, os clubes adotavam o novo local, que já era reconhecido como “ponto que movimenta o futebol varzeano”. Para além do alheamento em relação às atividades desenvolvidas pelas agremiações, a entidade dirigente via a promoção de sua competição prejudicada pela atuação cada vez mais autônoma das equipes. Com pouca frequência à sede da entidade e acertando a maioria dos detalhes na “Federação”, casos como o exposto a seguir não eram raros:

Foi com alegria que os clubes amadores esperavam a primeira rodada do super da cidade, mas ela não foi completa porque o jogo Rosário e Pompéia não se realizou por falta de campo. O Ferroviário não quis ceder [a sua] praça de esportes, ocupada por uma partida [entre] time (*sic*) não filiados. Alegou o Ferroviário que a re[quisição] só chegou no dia do jôgo e êle já estava compromissado.<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup> A descrição presente nos últimos três parágrafos está baseada em informações fornecidas nas seguintes entrevistas concedidas ao autor: José João “JJ” Narcizo Dias, Guilherme Ferreira dos Santos e Maurílio José dos Santos em 7 de abril de 2016; Marco Antônio “Grapete” Coelho, Bertolino “Beto” do Vale, Gardoni Miguel dos Anjos e Cristiano “Faísca” Fernandes Monteiro em 2 de maio de 2016; Carlos Roberto “Fumê” Pimenta em 13 de maio de 2016; Antônio Aluísio “Neném” Moreira, Maria das Dores Moreira Castro, José Vicente Machado e Denise de Castro Moreira Machado em 30 de dezembro de 2016; João Antônio “Ferrinho” Paranhos Leão e José Fernando “Preto” Pereira em 15 de janeiro de 2017; José “Zeca” Maciel Campos e Jhon Cléber Ribeiro Marques em 11 de junho de 2017; Márcio “Marcinho” Magalhães Junior, Aluísio “Gabiru” Vieira, Nilton Pereira da Silva “Michel”, Leonardo “Nadin” Herculano e Jésus Gomes de Arruda em 10 de agosto de 2017; Joaquim Tomé dos Santos em 7 de outubro de 2017; Célio “Celinho” Gonçalves Rodrigues em 3 de março de 2018 e Denerval “Dinho” Martinho Rufino e João “Baiano” Pereira dos Santos, esta última feita em parceria com Marilita Aparecida Arantes Rodrigues em 18 de agosto de 2017.

<sup>62</sup> MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, p. 38-39.

<sup>63</sup> SILVA, Pedro Vasconcelos Costa e; MARCELINO, Fábio Cesar. A midiatização dos encontros varzeanos: Uma netnografia dos grupos de WhatsApp destinados a marcação de jogos amistosos em Belo Horizonte. Anais do X Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social de Minas Gerais, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2017.

<sup>64</sup> Um jôgo tumultuado continua atrasando campeonato do DFA, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 6 de março de 1970, p. 12.

<sup>65</sup> Amistoso não deixou várzea começar bem o super, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 23 de abril de 1970, p. 13.

A retirada de barreiras burocráticas para a marcação de jogos entre equipes filiadas e não filiadas e a dinâmica permitida pela ascensão da “Federação” teria aumentado em muito o número de partidas promovidas de forma autônoma. A isso, somava-se a pressão sobre os terrenos, no que foi o momento de maior instabilidade para a preservação de espaços de jogo, decorrente da transformação urbana. Nesse contexto, o *DFA* via-se às voltas com a falta de locais para as partidas<sup>66</sup>, os quais só poderiam ser garantidos pelos clubes dos quais se divorciara.

### **O futebol de várzea na clandestinidade**

A década de 1970 se iniciaria com a afirmação de uma nova dinâmica de funcionamento do *circuito* varzeano em Belo Horizonte. Frente a tentativas de imposição de constrangimentos burocráticos que ameaçavam a efetivação de um calendário ininterrupto de partidas pelas agremiações amadoras, seus integrantes teriam desenvolvido estratégias de burlar os controles, sem necessariamente abdicar da institucionalização que haviam alcançado. Todo esse processo culminou com a constituição da “Federação”, um modo de organização autônomo que permitia, de forma eficiente e descomplicada, a garantia do preenchimento dos fins de semana. Em sua efetivação, um código de conduta orientava a ação dos participantes que eram rechaçados se, por exemplo, faltassem ao compromisso agendado, frustrando o sábado ou o domingo esportivo de outro time<sup>67</sup>.

A princípio, todo o clima criado pela perda de prestígio do *circuito* varzeano frente às expressões espetacularizadas do jogo e pelos mecanismos burocrático-autoritários poderia levar a crer que os clubes amadores teriam suas atividades cada vez mais cerceadas. Contudo, a adoção de formas de organização gestadas na constituição de uma *cultura esportiva popular*, voltada, antes de tudo, para a garantia de um calendário ininterrupto de fins de semana com partidas, permitiria a continuidade da prática.

Em seus encontros na “Federação”, os varzeanos acertavam amistosos, excursões e torneios avulsos, assim como comentavam festivais e jogos festivos. Ausentes das dependências do *Departamento de Futebol Amador*, não travavam mais encontros com os jornalistas esportivos que insistiam em manter sua cobertura pautada apenas nas informações fornecidas pelo órgão oficial dirigente. Resultado disso foi uma divulgação escassa das disputas amadoras pelas páginas do *Diário da Tarde* durante a primeira metade da década de 1970. Como permite notar a memória social compartilhada pelos integrantes veteranos das agremiações, a falta de reportagens pouco tinha a ver com um decréscimo das atividades, senão que se condicionava por um *circuito* que, por anos, foi organizado de forma quase clandestina.

---

<sup>66</sup> Cf. A várzea está vivendo quase só de amistosos, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 10 de outubro de 1969, p. 15.

<sup>67</sup> Cf. Entrevista de José João “JJ” Narcizo Dias, Guilherme Ferreira dos Santos e Maurílio José dos Santos concedida ao autor em 7 de abril de 2016.

Esse tipo de movimentação popular e periférica pouco notada pelos demais setores da sociedade permite-nos problematizar as percepções canônicas das respostas que variados grupos produziram ante o recrudescimento do aparato burocrático e de controle imposto pela Ditadura Militar no Brasil. Muitas vezes elas se deram sob lógicas inesperadas, tais quais as dos varzeanos, articulando informalidade, autonomia e formas de organização gestadas frente às suas experiências, as quais nem sempre foram notadas pelo escrutínio acadêmico.

Artigo recebido em 29/06/2019 e  
aprovado para publicação em 16/08/2019